

## **Ao participar do Fórum Econômico Mundial, Guedes sai em defesa do congelamento do salário do funcionalismo**

Nessa terça-feira, 21, durante participação no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reforçou que o congelamento de salários do funcionalismo público, iniciativa que consta na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, é uma das maiores medidas do governo na frente das despesas.

Na PEC Emergencial, o governo propôs que quando o Congresso autorizar o desenquadramento da regra de ouro – ou seja, quando os parlamentares derem o aval para a emissão de dívida para a cobertura de despesas correntes –, mecanismos de ajuste sejam automaticamente acionados para as despesas. Entre eles, estão a proibição para promoção de funcionários públicos, de reajustes salariais ou criação de cargos.

Ele afirmou ainda que, com a iniciativa perdurando por até dois anos, a situação fiscal será controlada. A PEC Emergencial ainda está em estágio inicial de tramitação no Congresso.

"Num país que cresce 2%, 3%, 2,5% este ano, e tem inflação de 4%, as receitas crescem... 7%, quase 8%. Em dois anos, é um pouco menos de 20% em receitas crescendo. Então se você congela a conta de salários por um ano e meio, ou dois anos, desaparece (o problema). A situação está controlada", afirmou ele, falando em inglês. De acordo com Guedes, essa saída configura o chamado "shutdown" à brasileira.

Na proposta orçamentária deste ano que foi aprovada pelo Congresso já não há previsão de reajuste salarial, exceto para os militares, e membros da equipe econômica vêm martelando a inexistência de espaço fiscal para a concessão de aumentos a outras categorias.

Em sua fala, Guedes citou a reforma da Previdência e a diminuição dos gastos com o serviço da dívida como as outras duas maiores medidas de controle de despesas, ambas já implementadas no ano passado. Segundo ele, o governo reduziu em 100 bilhões de reais o serviço da dívida de 2019 para 2020.

O ministro disse ainda que o crescimento econômico do Brasil deve ser de 2,5% neste ano. Oficialmente, o Ministério da Economia prevê alta de 2,4% para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020.

### **Bolsonaro deve recuar da decisão de contratar militares para o INSS**

Após se reunir com a cúpula da Secretaria Especial de Previdência, na última terça-feira, 21, o Governo demonstrou desistir da ideia de convocar 7 mil militares da reserva para trabalhar no INSS. A proposta do Palácio do Planalto era de que com este reforço, a fila de pedidos de aposentadoria no órgão seria desafogada. Com entraves legais e temendo a ameaça de greve do funcionalismo, a equipe buscou uma nova alternativa.

Sendo assim, a saída agora seria a convocação temporária de servidores aposentados do INSS. O time de Rogério Marinho já deve trabalhar na redação de um decreto que autorize o governo a convocar esses

servidores para um período especial de trabalho até que a fila de pedidos de aposentadoria seja normalizada.

### **Se PL for aprovado, ginástica laboral será obrigatória em órgãos públicos**

O PL 3273/2019, projeto de lei do senador Nelsinho Trad (PSD-MS), prevê que os órgãos públicos terão de oferecer atividades de ginástica laboral aos seus servidores. O texto também define quais são os profissionais que poderão desenvolver essas atividades.

O projeto, que tramita no Senado, já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A reportagem é de Iara Farias Borges, da Rádio Senado. Ouça aqui o áudio com mais informações.

### **Calendário de Atividades**

**24/01** – Dia Nacional dos Aposentados/as

9h30 – Plenária sobre a Reforma da previdência: A reforma e os seus impactos para os/as trabalhadores/as aposentados/as e os quase aposentando, realizada na Sede Nova da CUT Minas (Rua Pedro de Carvalho Mendes, 70 – Bairro Colégio Batista)

13h – Panfletagem na Praça 7

**24/01** – Ato em Defesa dos Servidores Públicos e dos Direitos dos Trabalhadores Aposentados, das 9h30 às 11h30, no Espaço do Servidor – Esplanada dos Ministérios (entre o bloco C e D), Brasília.